



ADM. 2013 - 2016

ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL NÃO-ME-TOQUE - RS



EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL 80/2016 REGISTRO DE PREÇOS

Município de Não-Me-Toque
Edital de Pregão Presencial nº 80/2016
Tipo de julgamento: **menor preço por lote**

*Edital de pregão para registro de preços
para aquisições futuras de peças mecânicas para
máquinas pesadas.*

O PREFEITO MUNICIPAL DE NÃO-ME-TOQUE, no uso de suas atribuições, torna público, para conhecimento dos interessados, que às **09 horas**, do dia **03 do mês de novembro do ano de 2016**, na sala de reuniões da Secretaria de Administração, localizada na Av. Alto Jacuí n.º 840 se reunirão o pregoeiro e a equipe de apoio, designados pela Portaria nº 23.025 de 04 de Março de 2016, com a finalidade de receber propostas e documentos de habilitação, objetivando a contratação de empresa para o registro de preços para aquisições futuras de peças mecânicas para máquinas pesadas, com a entrega parcelada, processando-se essa licitação nos termos da Lei Federal n.º 10.520, de 17-07-2002, do Decreto Municipal nº 059/06, de 07 de abril de 2006 (pregão), do Decreto Municipal 337/11 de 13 de dezembro de 2011 (Registro de Preços), com aplicação subsidiária da Lei Federal nº 8.666-93.

1. DO OBJETO:

1.1. O objeto deste Pregão Presencial é o **REGISTRO DE PREÇOS para aquisições futuras de peças mecânicas para máquinas pesadas da frota do Município de Não-Me-Toque/RS**, conforme Termo de Referência (ANEXO I) e Relação das peças (ANEXO II).

1.2. As quantidades máximas constantes do ANEXO II são estimativas, não se obrigando a Administração pela aquisição total.

2. DA APRESENTAÇÃO DOS ENVELOPES:

Para participação no certame, a licitante, além de atender ao disposto no item 7, deste edital, deverá apresentar a sua proposta de preço e documentos de habilitação em **envelopes distintos, lacrados**, não transparentes, identificados, respectivamente, como de nº 1 e nº 2, para o que se sugere a seguinte inscrição:

**AO MUNICÍPIO DE NÃO-ME-TOQUE
EDITAL DE PREGÃO Nº 80/2016
ENVELOPE Nº 01 - PROPOSTA
PROPONENTE (NOME COMPLETO)**



ADM. 2013 - 2016

ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL NÃO-ME-TOQUE - RS



AO MUNICÍPIO DE NÃO-ME-TOQUE EDITAL DE PREGÃO Nº 80/2016 ENVELOPE Nº 02 - DOCUMENTAÇÃO PROPONENTE (NOME COMPLETO)

2.2. Todo o documento exigido no presente instrumento convocatório poderá ser apresentado em original ou por qualquer processo de cópia autenticada, por tabelião ou por servidor, ou, ainda, publicação em órgão da imprensa oficial.

3 - DA REPRESENTAÇÃO E DO CREDENCIAMENTO:

3.1. A licitante deverá apresentar-se para credenciamento junto ao pregoeiro, diretamente, por meio de seu representante legal, ou através de procurador regularmente constituído, que devidamente identificado e credenciado, será o único admitido a intervir no procedimento licitatório, no interesse da representada.

3.1.1. A identificação será realizada, exclusivamente, através da apresentação de documento de identidade ou CNH.

3.2. A documentação referente ao credenciamento de que trata o item 3.1 deverá ser apresentada fora dos envelopes.

3.3. O credenciamento será efetuado da seguinte forma:

a) se representada diretamente, por meio de dirigente, proprietário, sócio ou assemelhado, deverá apresentar:

a.1) cópia do respectivo Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado;

a.2) documento de eleição de seus administradores, em se tratando de sociedade comercial ou de sociedade por ações;

a.3) inscrição do ato constitutivo, acompanhado de prova de diretoria em exercício, no caso de sociedade civil;

a.4) decreto de autorização, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura e para prática de todos os demais atos inerentes ao certame, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País;

a.5) registro comercial, se empresa individual, devidamente registrado.

b) se representada por procurador, deverá apresentar:

b.1) instrumento público ou particular de procuração, este com a firma do outorgante reconhecida, em que conste os requisitos mínimos previstos no art. 654, § 1º, do Código Civil, em especial o nome da empresa outorgante e de todas as pessoas com poderes para a outorga de procuração, o nome do outorgado e a indicação de amplos poderes para dar lance(s) em licitação pública; ou

b.2) carta de credenciamento outorgado pelos representantes legais da licitante com firma reconhecida em cartório, comprovando a existência dos necessários poderes para formulação de propostas e para prática de todos os demais atos inerentes ao certame.



ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL NÃO-ME-TOQUE - RS



ADM. 2013 - 2016

c) apresentar, ainda, declaração de que cumprem plenamente os requisitos de habilitação.

Observação 1: Em ambos os casos (b.1 e b.2), o instrumento de mandato deverá estar acompanhado do ato de investidura do outorgante como representante legal da empresa.

Observação 2: Caso o contrato social ou o estatuto determinem que mais de uma pessoa deva assinar a carta de credenciamento para o representante da empresa, a falta de qualquer uma invalida o documento para os fins deste procedimento licitatório.

Observação 3: Se a licitante não apresentar a declaração escrita, prevista no item 3.3 letra "c", seu Representante poderá fazê-la, de próprio punho, no momento do credenciamento.

3.4. Para exercer os direitos de ofertar lances e/ou manifestar intenção de recorrer, é obrigatório a licitante fazer-se representar em todas as sessões públicas referentes à licitação.

3.5. A empresa que pretender se utilizar dos benefícios previstos nos art. 42 a 45 da Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006, disciplinados nos itens 6.15 a 6.18 e 7.3, deste edital, deverão apresentar, fora dos envelopes, no momento do credenciamento, **declaração, firmada por contador ou técnico contábil do exercício contábil, de que se enquadra como microempresa ou empresa de pequeno porte, sob as penas da Lei.**

3.5.1. As cooperativas que tenham auferido no ano calendário anterior, receita bruta até o limite de 3.600.000,00 (três milhões e seiscentos mil reais), gozarão dos benefícios previstos nos art. 42 a 45 da Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006, disciplinados nos itens 6.15 a 6.18 e 7.3, deste edital, conforme o disposto no art. 34, da Lei 11.488, de 15 de junho de 2007, desde que também apresentem, fora dos envelopes, no momento do credenciamento, **declaração, firmada por contador ou técnico contábil do exercício contábil, de que se enquadram no limite de receita referido acima, sob as penas da Lei.**

4 - DO RECEBIMENTO E ABERTURA DOS ENVELOPES:

4.1. No dia, hora e local, mencionados no preâmbulo deste edital, na presença das licitantes e demais pessoas presentes à sessão pública do pregão, o pregoeiro, inicialmente, receberá os envelopes nºs 01 - PROPOSTA e 02 - DOCUMENTAÇÃO.

4.2. Uma vez encerrado o prazo para a entrega dos envelopes acima referidos, não será aceita a participação de nenhuma licitante retardatária.

4.3. O pregoeiro realizará o credenciamento das interessadas, previsto no item 03.

5 - PROPOSTA DE PREÇO:

5.1. A proposta, cujo prazo de validade é fixado pela Administração em 60 dias, deverá ser datada e assinada pelo representante legal da empresa, ser redigida em linguagem clara, sem rasuras, ressalvas ou entrelinhas, e deverá conter:

- a) razão social da empresa;
- b) descrição completa do produto;



ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL NÃO-ME-TOQUE - RS



ADM. 2013 - 2016

c) **preço por lote total e unitário (devendo conter todos os itens do lote cotados, sob pena de desclassificação da empresa licitante)**, indicado em moeda nacional, onde deverão estar incluídas quaisquer vantagens, abatimentos, impostos, taxas e contribuições sociais, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais, que eventualmente incidam sobre a operação ou, ainda, despesas com transporte ou terceiros, que correrão por conta da licitante vencedora.

d) A proposta deverá conter, obrigatoriamente, **a marca do produto**, sob pena, de ser desclassificada a empresa licitante.

Importantíssimo: Deverá constar, ainda, na proposta o nome do responsável pela assinatura da ata de registro de preços. Caso não conste poderá o pregoeiro solicitar no ato, para constar na ata do pregão.

5.2. Serão considerados, para fins de julgamento, os valores constantes no preço unitário até, no máximo, duas casas decimais após a vírgula, sendo desprezadas as demais, se houver, também em eventual contratação.

5.3. Fica autorizada à Comissão ou autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, quando entender por interpretação sistêmica a melhor garantia à supremacia de interesse público em confronto com os princípios constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável, conforme art. 43, Inciso VI, § 3º da Lei 8.666/93.

6 - DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS:

6.1. Verificada a conformidade com os requisitos estabelecidos neste edital, a autora da oferta de valor mais baixo e as das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela poderão fazer novos lances, verbais e sucessivos, na forma dos itens subsequentes, até a proclamação da vencedora.

6.2. Não havendo, pelo menos, 03 (três) ofertas nas condições definidas no subitem anterior, poderão as autoras das melhores propostas, até o máximo de 03 (três), oferecer novos lances, verbais e sucessivos, quaisquer que sejam os preços oferecidos em suas propostas escritas.

6.3. No curso da sessão, as autoras das propostas que atenderem aos requisitos dos itens anteriores serão convidadas, individualmente, a apresentarem novos lances, verbais e sucessivos, em valores distintos e decrescentes, a partir da autora da proposta classificada em segundo lugar, até a proclamação da vencedora.

6.4. Caso duas ou mais propostas iniciais apresentem preços iguais, será realizado sorteio para determinação da ordem de oferta dos lances.

6.5. A oferta dos lances deverá ser efetuada no momento em que for conferida a palavra à licitante, obedecida a ordem prevista nos itens 6.3 e 6.4.

6.5.1. Dada a palavra a licitante, esta disporá de 20 s (vinte segundos) para apresentar nova proposta.

6.6. É vedada a oferta de lance com vista ao empate.



ADM. 2013 - 2016

ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL NÃO-ME-TOQUE - RS



6.6.1. A diferença entre cada lance não poderá ser inferior a **1% (um por cento)**.

6.7. Não poderá haver desistência dos lances já ofertados, sujeitando-se a proponente desistente às penalidades constantes no item 12 deste edital.

6.8. O desinteresse em apresentar lance verbal, quando convocada pelo pregoeiro, implicará na exclusão da licitante da etapa competitiva e, conseqüentemente, no impedimento de apresentar novos lances, sendo mantido o último preço apresentado pela mesma, que será considerado para efeito de ordenação das propostas.

6.9. Caso não seja ofertado nenhum lance verbal, será verificada a conformidade entre a proposta escrita de **menor preço por lote** e o valor estimado para a contratação, podendo o pregoeiro negociar diretamente com a proponente para que seja obtido preço melhor.

6.10. O encerramento da etapa competitiva dar-se-á quando, convocadas pelo pregoeiro, as licitantes manifestarem seu desinteresse em apresentar novos lances.

6.11. Encerrada a etapa competitiva e ordenadas as ofertas, de acordo com o menor preço apresentado, o pregoeiro verificará a aceitabilidade da proposta de valor mais baixo, comparando-a com os valores consignados em planilha de custos, decidindo motivadamente a respeito.

6.12. A classificação dar-se-á pela ordem crescente de preços propostos e aceitáveis. Será declarada vencedora a licitante que ofertar o **menor preço por lote**, desde que a proposta tenha sido apresentada de acordo com as especificações deste edital e seja compatível com o preço de mercado.

6.13. Serão desclassificadas as propostas que:

- a) não atenderem às exigências contidas no objeto desta licitação;
- b) contiverem opções de preços alternativos;
- c) forem omissas em pontos essenciais, de modo a ensejar dúvidas;
- d) se oponham a qualquer dispositivo legal vigente, bem como as que não atenderem aos requisitos do item 5;
- e) apresentarem preços manifestamente inexequíveis.

Observação: Quaisquer inserções na proposta que visem modificar, extinguir ou criar direitos, sem previsão no edital, serão tidas como inexistentes, aproveitando-se a proposta no que não for conflitante com o instrumento convocatório.

6.14. Não serão consideradas, para julgamento das propostas, vantagens não previstas no edital.

6.15. Encerrada a sessão de lances, será verificada a ocorrência do empate ficto, previsto no art. 44, §2º, da Lei Complementar 123/06, sendo assegurada, como critério do desempate, preferência de contratação para as microempresas, as empresas de pequeno porte e as cooperativas que atenderem ao item 3.5.1, deste edital.

6.15.1. Entendem-se como empate ficto aquelas situações em que as propostas apresentadas pela microempresa e pela empresa de pequeno porte, bem como pela cooperativa, sejam superiores em até 5% (cinco por cento) à proposta de menor valor.



ADM. 2013 - 2016

ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL NÃO-ME-TOQUE - RS



6.16. Ocorrendo o empate, na forma do item anterior, proceder-se-á da seguinte forma:

a) A microempresa, a empresa de pequeno porte ou a cooperativa detentora da proposta de menor valor será convocada para apresentar, no prazo de 5 (cinco) minutos, nova proposta, inferior àquela considerada, até então, de menor preço, situação em que será declarada vencedora do certame.

b) Se a microempresa, a empresa de pequeno porte ou a cooperativa, convocada na forma da alínea anterior, não apresentar nova proposta, inferior à de menor preço, será facultada, pela ordem de classificação, às demais microempresas, empresas de pequeno porte ou cooperativas remanescentes, que se enquadrarem na hipótese do item 6.15.1 deste edital, a apresentação de nova proposta, no prazo previsto na alínea a deste item.

6.17. Se nenhuma microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativa, satisfizer as exigências do item 6.16 deste edital, será declarado vencedor do certame o licitante detentor da proposta originariamente de menor valor.

6.18. O disposto nos itens 6.15 a 6.17, deste edital, não se aplica às hipóteses em que a proposta de menor valor inicial tiver sido apresentada por microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativa.

6.19. Da sessão pública do pregão será lavrada ata circunstanciada, contendo, sem prejuízo de outros, o registro das licitantes credenciadas, as propostas escritas e verbais apresentadas, na ordem de classificação, a análise da documentação exigida para habilitação e os recursos interpostos.

6.20. A sessão pública não será suspensa, salvo motivo excepcional, devendo todas e quaisquer informações acerca do objeto a serem esclarecidas previamente junto ao setor de Licitações deste Município, conforme subitem 13.1 deste edital.

6.21. Caso haja necessidade de adiamento da sessão pública, será marcada nova data para continuação dos trabalhos, devendo ficar intimadas, no mesmo ato, os licitantes presentes.

7 - DA HABILITAÇÃO:

7.1. Para fins de habilitação neste pregão, o licitante deverá apresentar dentro do ENVELOPE Nº 02, os seguintes documentos:

7.1.1 Declaração que atende ao disposto no artigo 7.º, inciso XXXIII, da Constituição Federal, conforme o modelo do Decreto Federal n.º 4.358-02;

7.1.2 Declaração emitida pela empresa atestando que não possui em seu quadro societário servidor público ou da ativa no município de Não-Me-Toque, ou empregado de empresa pública ou de sociedade de economia mista, quando for o caso.

7.1.3 Declaração de que a empresa não está cumprindo penalidade de inidoneidade, suspensão ou impedimento de contratar com a Administração Pública, nos termos da Lei Federal nº 8.666/93.

7.1.4 Declaração de que a empresa licitante fornecerá peças obedecendo às normas e padrões ABNT e INMETRO.



ADM. 2013 - 2016

ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL NÃO-ME-TOQUE - RS



7.1.2 - HABILITAÇÃO JURÍDICA:

- a) registro comercial no caso de empresa individual, devidamente registrado (autenticado);
- b) prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ/MF);
- c) ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;
- d) decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

7.1.2.1 Será dispensada da apresentação, no envelope de habilitação, dos documentos referidos no item 7.1.2, a empresa que já os houver apresentado no momento do credenciamento, previsto item 3 deste edital.

7.1.3 - REGULARIDADE FISCAL:

- a) Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes do Município – ALVARÁ.
- b) Prova de regularidade com a Fazenda Federal (Certidão Negativa de Débito de Tributos e Contribuições Federais expedidas pela Secretaria da Receita Federal e Certidão Negativa de Débitos quanto à dívida ativa da União, expedida pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional);
- c) Prova de regularidade com a Fazenda Estadual, relativa ao domicílio ou sede do licitante;
- d) Prova de regularidade com a Fazenda Municipal, relativa ao domicílio ou sede do licitante;
- e) Prova de regularidade (CRF) junto ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).

7.1.4 - REGULARIDADE TRABALHISTA:

- a) Certidão nacional de débitos trabalhistas: Lei n.º 12.440;

7.1.5 - QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

a) certidão negativa de falência, concordata ou recuperação judicial expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, **em vigor**. As certidões que não expressarem o prazo de validade deverão ter a data de expedição não superior a 30 (trinta) dias da data de abertura do certame.

7.2 A microempresa e a empresa de pequeno porte, bem como a cooperativa que atender ao item 3.5, que possuir restrição em qualquer dos documentos de **regularidade fiscal**, previstos no item 7.1.3, deste edital, terá sua habilitação condicionada à apresentação de nova documentação, que comprove a sua regularidade em cinco dias úteis, a da sessão em que foi declarada como vencedora do certame.



ADM. 2013 - 2016

ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL NÃO-ME-TOQUE - RS



7.2.1 O prazo de que trata o item anterior poderá ser prorrogada uma única vez, por igual período, a critério da Administração, desde que seja requerido pelo interessado, de forma motivada e durante o transcurso do respectivo prazo.

7.2.2 Ocorrendo a situação prevista no item 7.2, a sessão do pregão será suspensa, podendo o pregoeiro fixar, desde logo, a data em que se dará continuidade ao certame, ficando os licitantes já intimados a comparecer ao ato público, a fim de acompanhar o julgamento da habilitação.

7.2.3 O benefício de que trata o item 7.2 não eximirá a microempresa, a empresa de pequeno porte e a cooperativa, da apresentação de todos os documentos, ainda que apresentem alguma restrição.

7.2.4 A não regularização da documentação, no prazo fixado no item 7.2, implicará na inabilitação do licitante e a adoção do procedimento previsto no item 8.2, sem prejuízo das penalidades previstas no item 15.1, alínea a, deste edital.

7.3. O envelope de documentação que não for aberto ficará em poder do pregoeiro pelo prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da homologação da licitação, devendo a licitante retirá-lo, após aquele período, no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de inutilização do envelope.

8 - DA ADJUDICAÇÃO:

8.1. Constatado o atendimento das exigências fixadas no edital, a licitante que ofertar o menor preço será declarada vencedora, sendo-lhe adjudicado o objeto do certame.

8.2. Em caso de desatendimento às exigências habilitatórias, o pregoeiro inabilitará a licitante e examinará as ofertas subsequentes e qualificação das licitantes, na ordem de classificação e, assim, sucessivamente, até a apuração de uma que atenda ao edital, sendo a respectiva licitante declarada vencedora, ocasião em que o pregoeiro poderá negociar diretamente com a proponente para que seja obtido preço melhor.

8.3. Encerrado o julgamento das propostas e da habilitação, o pregoeiro proclamará a vencedora e, a seguir, proporcionará às licitantes a oportunidade para manifestarem a intenção de interpor recurso, esclarecendo que a falta dessa manifestação expressa, imediata e motivada, importará na decadência do direito de recorrer por parte da licitante.

9. DO RECURSO, DA HOMOLOGAÇÃO E DO REGISTRO DOS PREÇOS:

9.1. No final da sessão, a licitante que quiser recorrer deverá manifestar imediata e motivadamente a sua intenção, abrindo-se então o prazo de 03 (três) dias para apresentação, ficando as demais licitantes desde logo intimadas para apresentar contra-razões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

9.2. Constará na ata da sessão a síntese das razões de recurso apresentadas, bem como o registro de que todas as demais licitantes ficaram intimadas para, querendo, manifestarem-se sobre as razões do recurso no prazo de 03 (três) dias corridos, após o término do prazo da recorrente, proporcionando-se, a todas, vista imediata do processo.



ADM. 2013 - 2016

ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL NÃO-ME-TOQUE - RS



9.3. O interessado em apresentar o recurso deverá observar os seguintes procedimentos:

9.3.1. O recurso deve ser apresentado de forma escrita, fundamentada e conter assinatura do impugnante em via original;

9.3.2. O recurso será recebido no Protocolo Geral da Prefeitura Municipal, sito à Av. Alto Jacuí, 840, centro, no horário das 08h15min às 11h30min e das 13h30min às 17 horas; ou,

9.3.3. O recurso poderá ser encaminhado por correio eletrônico (e-mail), para o endereço edital.impugnacao@naometoquers.com.br. Nesse caso o documento original deverá ser digitalizado e encaminhado em anexo à mensagem, para que no Setor de Compras seja impresso e registrado no Protocolo Geral da Prefeitura Municipal.

9.3.4. Somente será apreciado o teor dos documentos protocolados na forma definida nos itens anteriores.

9.4. A manifestação expressa da intenção de interpor recurso e da motivação, na sessão pública do pregão, são pressupostos de admissibilidade dos recursos.

9.5. Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento e determinará a convocação dos beneficiários para a assinatura da Ata de Registro de Preços.

9.6. A ata de registro de preços será formalizada e será subscrita pela autoridade que assinou o edital.

9.7. A licitante convocada para assinar a ata que deixar de fazê-lo no prazo fixado, dela será excluído.

9.8. Colhidas as assinaturas, a Ata será imediatamente publicada e, se for o caso, promover a exclusão de que trata o subitem anterior.

10. DO PRAZO DE VALIDADE:

10.1 O REGISTRO DE PREÇOS TERÁ VALIDADE DE 12 (DOZE) MESES, APÓS A ASSINATURA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS/CONTRATO.

11 – DAS CONTRATAÇÕES:

11.1 Os fornecedores de bens incluídos na ata de registro de preços estarão obrigados a celebrar os contratos que poderão advir, nas condições estabelecidas no ato convocatório, nos respectivos anexos e na própria Ata.

11.2 A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurada ao beneficiário do registro a preferência de contratação em igualdade de condições.

11.3 Quando da necessidade da contratação, a Administração convocará o fornecedor indicado, celebrando o contrato ou instrumento equivalente.

11.4 Para instruir a formalização dos contratos ou instrumento equivalente, o fornecedor do bem deverá providenciar e encaminhar à Administração Municipal, no prazo de 03 (três) dias úteis a partir da



ADM. 2013 - 2016

ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL NÃO-ME-TOQUE - RS



convocação, certidões negativas de débitos para com o Sistema de Seguridade Social (INSS), o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e certidões negativas de tributos e contribuições federais, estaduais, municipais e a de débitos trabalhistas sob pena de a contratação não se concretizar.

11.5 Se as certidões anteriormente apresentadas para habilitação ou constantes do cadastro estiverem dentro do prazo de validade, o fornecedor ficará dispensado da apresentação das mesmas.

12. DO PAGAMENTO:

12.1 Os pagamentos serão efetuados mediante entrega da mercadoria e apresentação da Nota Fiscal, vistada e aprovada pelo gestor e fiscal da Ordem de Compra conforme ordem cronológica de pagamentos obedecendo a exigibilidade do crédito conforme Decreto nº 106/2016 de 25 de Maio de 2016, art. 03º inciso III.

12.2 Será obrigatório constar no corpo de cada Nota Fiscal emitida, em local de fácil visualização, a indicação do presente Processo Licitatório (Pregão Presencial nº 71/2016) e da ordem de compra, bem como dados bancário para depósito, a fim de se acelerar o trâmite do documento fiscal para pagamento.

12.3 No pagamento serão retidas do valor da contratação todas as retenções previdenciárias, impostos e taxas permitidos na Lei.

12.4 Na hipótese da licitante ser optante do SIMPLES, a empresa deverá informar através de declaração ou na Nota Fiscal a alíquota de ISSQN a ser recolhido.

12.5 A **CONTRATADA** deverá fornecer os dados bancários para o pagamento, tais como banco, agência, conta corrente da empresa.

13. DO REAJUSTE E DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO:

13.1 - O valor do serviço acima pactuado será reajustado pelo IPCA em prazo não inferior a 01 (um) ano, conforme Art. 55, Inciso III da Lei Federal nº 8.666/93 e alterações legais.

13.1 - Ocorrendo as hipóteses previstas no artigo 65, inciso II, alínea "d", da Lei nº 8.666/93, será concedido equilíbrio econômico-financeiro do contrato, requerido pela **CONTRATADA**, desde que suficientemente comprovado, de forma documental, o desequilíbrio contratual.

14. FISCALIZAÇÃO:

14.1. A execução do Contrato será objeto de acompanhamento, fiscalização e avaliação por parte da Administração Municipal, através de servidor designado como Fiscal, a quem competirá comunicar ao Gestor as falhas por ventura constatadas no cumprimento do contrato, de acordo com normatização interna.

14.2. A Fiscalização de que trata o subitem anterior será exercida no interesse da Administração Municipal.

14.3. Quaisquer exigências da fiscalização, inerentes ao objeto do contrato, deverão ser prontamente atendidas pela adjudicatória, sem qualquer ônus à Administração Municipal.



ADM. 2013 - 2016

ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL NÃO-ME-TOQUE - RS



14.4. Qualquer fiscalização exercida pela Administração Municipal, feita em seu exclusivo interesse, não implica em corresponsabilidade pela execução dos serviços e não exime a adjudicatória de suas obrigações de fiscalização e perfeita execução do contrato.

14.5. A Fiscalização da Administração Municipal, em especial, terá o dever de verificar o cumprimento dos termos do contrato, especialmente no que se refere à qualidade na prestação dos serviços, podendo exigir as cautelas necessárias à prevenção do erário.

15. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

15.1. As despesas orçamentárias desta licitação correrão por conta das dotações orçamentárias a serem autorizadas pelo Secretário Municipal de cada secretaria onde serão efetuados os serviços.

15.2 – A duração dos contratos adstrita à vigência dos respectivos créditos orçamentários, ressalvadas as hipóteses no art. 57 da Lei Federal nº 8.666/93.

16. DAS PENALIDADES:

16.1. Pelo inadimplemento das obrigações, sejam na condição de participante do processo licitatório ou de **CONTRATANTE**, as licitantes, conforme a infração, estarão sujeitas às seguintes penalidades:

a) deixar de apresentar a documentação exigida no certame: suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de 02 anos e multa de 10% sobre o valor estimado da contratação;

b) manter comportamento inadequado durante o pregão: afastamento do certame e suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de 02 anos;

c) deixar de manter a proposta (recusa injustificada para contratar): suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de 05 anos e multa de 10% sobre o valor estimado da contratação;

d) executar o contrato com irregularidades, passíveis de correção durante a execução e sem prejuízo ao resultado: advertência;

e) executar o contrato com atraso injustificado, até o limite de 10(dez) dias úteis, após os quais será considerada inexecução contratual: multa diária de 0,5% sobre o valor atualizado do contrato/ordem de serviço ou autorização/nota de empenho.

f) inexecução parcial do contrato: suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de 02 anos e multa de 8% sobre o valor correspondente ao montante não adimplido do contrato/ordem de serviço ou autorização/nota de empenho.

g) inexecução total do contrato: suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de 03 anos e multa de 10% sobre o valor atualizado do contrato/ordem de serviço ou autorização/nota de empenho.



ADM. 2013 - 2016

ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL NÃO-ME-TOQUE - RS



h) causar prejuízo material resultante diretamente de execução contratual: declaração de inidoneidade cumulada com a suspensão do direito de licitar a contratar com a Administração Pública pelo prazo de 03 anos e multa de 10% sobre o valor atualizado contrato/ordem de serviço ou autorização/nota de empenho.

16.2. As penalidades serão registradas no cadastro da **CONTRATADA**, quando for o caso.

16.3. Nenhum pagamento será efetuado enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que for imposta ao fornecedor em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

16.3. Nenhum pagamento será efetuado pela Administração enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que for imposta ao fornecedor em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

17. DA IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO

17.1. Segundo o art. 41 § 1º da Lei 8666/93 "Qualquer cidadão é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação desta Lei", devendo protocolar o pedido até 5 (cinco) dias úteis antes da data fixada para a abertura dos envelopes de habilitação, devendo a Administração julgar e responder à impugnação em até 3 (três) dias úteis.

17.2. O interessado em apresentar impugnação ao presente edital deverá observar os seguintes procedimentos:

17.2.1. A impugnação deve ser apresentada de forma escrita, fundamentada e conter assinatura do impugnante em via original;

17.2.2. A impugnação será recebida no Protocolo Geral da Prefeitura Municipal, sito à Av. Alto Jacuí, 840, centro, no horário das 08h15min às 11h30min e das 13h30min às 17 horas; ou

17.2.3 A impugnação poderá ser encaminhada por correio eletrônico (e-mail), para o endereço edital.impugnacao@naometoquers.com.br. Nesse caso o documento original deverá ser digitalizado e encaminhado em anexo à mensagem, para que no Setor de Compras sejam impresso e registrado no Protocolo Geral da Prefeitura Municipal. O impugnante receberá mensagem eletrônica com a confirmação do recebimento e número de registro do protocolo.

17.2.4. Somente será apreciado o teor dos documentos protocolados na forma definida nos itens anteriores.

17.3. Em caso de procedência da impugnação, se for o caso, será marcada nova data para a realização do certame, sendo feita a publicação no site da Prefeitura: www.naometoquers.com.br, e nos jornais.

17.4. Se a ocorrência da impugnação for de caráter meramente protelatório, ensejando assim o retardamento da execução do certame, a autoridade competente poderá assegurado o contraditório e a ampla defesa, aplicar a pena estabelecida no artigo 7º da Lei nº. 10.520/2002 e legislação vigente.

17.5. Quem impedir, perturbar ou fraudar a realização de qualquer ato do procedimento licitatório, incorrerá em pena de detenção, de 2 (dois) a 3 (três) anos, e multa, nos termos do artigo 93 da Lei 8.666/93, assegurados o contraditório e a ampla defesa.



ADM. 2013 - 2016

ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL NÃO-ME-TOQUE - RS



18. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

18.1. Os questionamentos recebidos e as respectivas respostas com relação ao presente Pregão encontrar-se-ão à disposição de todos os interessados no Município, setor de Compras e Licitações.

18.2 Ocorrendo decretação de feriado ou qualquer fato superveniente que impeça a realização de ato do certame na data marcada, a data constante deste edital será transferida, automaticamente, para o primeiro dia útil ou de expediente normal subsequente ao ora fixado.

18.3. Para agilização dos trabalhos, solicita-se que as licitantes façam constar na documentação o seu endereço, e-mail e os números de fax e telefone.

18.4. As cópias extraídas da internet dos documentos referidos no item 7, serão tidas como originais após terem a autenticidade de seus dados e certificação digital conferido pela Administração.

18.5. A proponente que vier a ser contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, por conveniência da Administração, dentro do limite permitido pelo artigo 65, § 1º, da Lei nº 8.666-93, sobre o valor inicial contratado.

18.6. Após a apresentação da proposta, não caberá desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo pregoeiro.

18.7. A Administração poderá revogar a licitação por razões de interesse público, devendo anulá-la por ilegalidade, em despacho fundamentado, sem a obrigação de indenizar (art. 49 da Lei Federal nº 8.666-93).

18.8. Constituem anexos e fazem parte integrante deste edital:

- a) ANEXO I – Termo de Referência;
- b) ANEXO II – Anexo dos Itens por lote;
- c) ANEXO III – Minuta da Ata de Registro de Preços
- d) ANEXO IV - Modelo de Declaração de Habilitação;
- e) ANEXO V – Modelo de Declaração não emprega menor;
- f) ANEXO VI – Modelo de Declaração não emprega servidor público;
- g) ANEXO VII – Modelo de Declaração de idoneidade;

18.9. Fica eleito o Foro da Comarca de Não-Me-Toque para dirimir quaisquer litígios oriundos da licitação e do contrato dela decorrente, com expressa renúncia a outro qualquer, por mais privilegiado que seja.

18.10. O Edital relativo ao objeto desta licitação, bem como todos os atos oriundos dessa licitação, encontrar-se-ão à disposição dos interessados no Setor de Compras e Licitações ou site www.naometoquers.com.br da Prefeitura Municipal de Não-Me-Toque.

Não-Me-Toque, 11 de Outubro de 2016.

TEODORA BERTA SOUILLJEE LÜTKEMEYER
Prefeita Municipal

Conferido pelo Pregoeiro designado ALEX ERPEN

Pregão peças.doc/ar



ADM. 2013 - 2016

ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL NÃO-ME-TOQUE - RS



Anexo I

Termo de Referência

1 – OBJETO

- 1.1. O presente Termo de Referência tem por objeto o registro de preços para eventual fornecimento de peças mecânicas para máquinas pesadas conforme Anexo II – Anexo dos Itens por lote.
- 1.2. As peças serão requisitadas de acordo com a necessidade e conveniência deste Município.
- 1.3. A existência de preços registrados não obriga este Município a contratar, sendo facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, assegurado ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.
- 1.5. As peças serão inteiramente novas originais ou genuínas, sem terem passado por qualquer processo de reciclagem, recondicionamento ou manufatura.
- 1.6. As peças devem obedecer às normas e padrões da ABNT e INMETRO e atender eficazmente às finalidades que delas naturalmente se esperam, sempre peças que a qualidade possa ser atestada.
- 1.7. O prazo de garantia mínimo de 06 (seis) meses, a contar do recebimento pelo Município, devendo a empresa substituir imediatamente as peças que apresentarem defeitos dentro do prazo concedido, arcando com todos os custos de transporte.

2 – JUSTIFICATIVA

2.1 A presente contratação justifica-se pela necessidade de substituição de peças como forma de manter o bom funcionamento das máquinas em execução de serviços pelo Município de Não-Me-Toque/RS. Considera-se ainda que a necessidade de gerar economicidade à aquisição de peças para esses veículos, bem como agilidade no fornecimento de peças necessárias.

3 – VIGÊNCIA

- 3.1 - A presente Ata de Registro de preços vigorará pelo prazo de 12 (doze) meses, a partir da data de sua assinatura.
- 3.2 - Nos termos do art. 15 § 4º da Lei nº 8.666/93, esse Município não está obrigado a adquirir exclusivamente por intermédio dessa Ata, durante o seu período de vigência, os produtos cujos preços nela estejam registrados, podendo adotar para tanto uma licitação específica, assegurando-se, todavia, a preferência de fornecimento aos registrados, no caso de igualdade de condições.

4 – CONTRATO

4.1 - Para consecução dos fornecimentos dos produtos registrados nessa Ata serão celebrados contratos específicos com as empresas, com posteriores solicitações por meio de envio de Ordem de Compra, permitindo o envio e faturamento.



ADM. 2013 - 2016

ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL NÃO-ME-TOQUE - RS



5 – CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

- 5.1** – As solicitações para a prestação de serviços à contratada por parte da Administração Municipal serão feitas através de Pedido de Compra, sendo enviada a empresa contratada uma Ordem de Compra ou Nota de Empenho para formalização.
- 5.2** – A Ordem de Compra ou Nota de Empenho será entregue à **CONTRATADA**, com uma antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas marcado para o fornecimento.
- 5.3** – As peças deverão ser entregues de acordo com o Anexo II – Anexo dos Itens por lote.
- 5.4** – As peças serão fornecidas conforme a necessidade de cada veículo e determinado pela Ordem de Compra ou Nota de Empenho.
- 5.5** – Dentro do prazo de vigência contratual, o fornecedor está obrigado ao fornecimento dos serviços desde que obedecidas às condições da Autorização de Fornecimento.
- 5.6** – O registro dos preços promoverá ampla pesquisa no mercado, de forma a comprovar que os preços registrados permanecem compatíveis com os nele praticados, condição indispensável para a solicitação da aquisição.

6 – FISCALIZAÇÃO

- 6.1** – A execução do Contrato será objeto de acompanhamento, fiscalização e avaliação por parte da Administração Municipal, através de servidor designado como Fiscal, a quem competirá comunicar ao Gestor as falhas por ventura constatadas no cumprimento do contrato, de acordo com normatização interna.
- 6.2** – A Fiscalização de que trata o subitem anterior será exercida no interesse da Administração Municipal.
- 6.3** – Quaisquer exigências da fiscalização, inerentes ao objeto do contrato, deverão ser prontamente atendidas pela **CONTRATADA**, sem qualquer ônus à Administração Municipal.
- 6.4** – Qualquer fiscalização exercida pela Administração Municipal, feita em seu exclusivo interesse, não implica em corresponsabilidade pela execução dos serviços e não exime a **CONTRATADA** de suas obrigações de fiscalização e perfeita execução do contrato.
- 6.5** – A Fiscalização da Administração Municipal, em especial, terá o dever de verificar o cumprimento dos termos do contrato, especialmente no que se refere à qualidade na prestação dos serviços, podendo exigir as cautelas necessárias à preservação do erário.

5 - FORMAS DE PAGAMENTO

- 5.1** - Os pagamentos serão efetuados mediante entrega da mercadoria e apresentação da Nota Fiscal, vista e aprovada pelo gestor e fiscal da Ordem de Compra conforme ordem cronológica de pagamentos obedecendo a exigibilidade do crédito conforme Decreto nº 106/2016 de 25 de Maio de 2016, art. 03º inciso III.
- 5.2** - Será obrigatório constar no corpo de cada Nota Fiscal emitida, em local de fácil visualização, a indicação do presente Processo Licitatório (Pregão presencial nº 80/2016) e da ordem de compra, bem como dados bancário para depósito, a fim de se acelerar o trâmite do documento fiscal para pagamento.



ADM. 2013 - 2016

ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL NÃO-ME-TOQUE - RS



ANEXO II

ITENS POR LOTE

LOTE 1

MOTONIVELADORA CATERPILLAR ANO 2013 - COM CHASSI ARTICULADO, MOTOR TURBO-ALIMENTADO DE 6 CILINDROS			
	ITEM	QNTD. MÍNIMA	QNTD. MÁXIMA
		UN	UN
1	CONJ. LAMINA CORTANTE 13 FUIROS/PORCAS/PARAFUSOS - TAM. 3/4	1	4
2	ESPELHO RETROVISOR	1	4
3	TIRA EM BRONZE cod.128-9654	1	18
4	TIRA EM BRONZE cod. 6G4525	1	8
5	PLACA cod.6G4848	1	8
6	CALÇO cod. 2G6743	1	12
7	CALÇO cod. 6G6794	1	12
8	BARRA Cod. 8T3366	1	8
9	CALÇO Cod. 2G3221	1	8
10	CALÇO Cod.2G3219	1	8
11	PLACA Cod. 8W1749	1	16
12	FILTRO -LUBRIFICANTE	2	10
13	CONJUNTO FILTROS DE COMBUSTÍVEL	2	10
14	CONJUNTO FILTROS DE AR	2	10
15	ELEMENTO FILTRANTE TRANSMISSÃO	1	2
16	COLMEIA RADIADOR	1	1
17	RESERVATÓRIO ÁGUA	1	1
18	LENTE FAROL DIANTEIRO/ESQUERDO	1	4
19	LENTE FAROL DIANTEIRO/DIREITO	1	4
20	LANTERNA TRASEIRA/ESQUERDA	1	4
21	LANTERNA TRASEIRA/DIREITA	1	4
22	CORREIA MOTOR	4	16
23	CORREIA ALTERNADOR	1	2
24	AUTOMATICO MOTOR PARTIDA	1	2
25	INDUZIDO MOTOR PARTIDA	1	2
26	MOTOR DE PARTIDA COMPLETO	1	1
27	VALVULA TERMOSTATICA	1	1
28	BOMBA INJETORA	1	1
29	BOMBA D'ÁGUA	1	1
30	RADIADOR COMPLETO	1	1
31	ALTERNADOR	1	1



ADM. 2013 - 2016

ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL NÃO-ME-TOQUE - RS



LOTE 2

ROLO COMPACTADOR DYNAPAC CA15 ANO 2005 - COM CAPOTA MOTOR PERKINS CAPACIDADE 79 H.P 4 CILINDROS			
	ITEM	QNTD. MÍNIMA	QNTD. MÁXIMA
		UN	UN
1	BOMBA BOMBA HIDRAULICA DUPLA	1	1
2	CARDAN BOMBA HIDRAULICA	1	1
3	MANGUEIRA ALTA PRESSAO-1/2-2 TRAMA 10	1	10
4	MANGUEIRA COMPLETA ALTA PRESSAO-3/4	1	10
5	IMPULSOR MOTOR PARTIDA PERKINS-DYNAPAC	1	2
6	CALÇO CILINDRO-ROLO DYNAPAC CA15-336742	1	8
7	VISOR NIVEL-ROLO DYNAPAC CA15-922552	1	2
8	ROLAMENTO-ROLO DYNAPAC CA15-195623/4	1	4
9	BUZINA A AR	1	1
10	ESPELHO RETROVISOR	1	4
11	CABO DE REVERSÃO F/RÉ	1	2
12	FILTRO -LUBRIFICANTE	2	10
13	CONJUNTO FILTROS DE COMBUSTÍVEL	2	10
14	CONJUNTO FILTROS DE AR	2	10
15	FILTRO HIDRAULICO	1	4
16	COLMEIA RADIADOR	1	1
17	RESERVATÓRIO ÁGUA	1	1
18	ACOPLAMENTO VIBRADOR	1	2
19	REPARO MOTOR VIBRAÇÃO 924562	1	2
20	VALVULA DINAPAC CA15 813903	1	4
21	AUTOMATICO MOTOR PARTIDA	1	2
22	MOTOR DE PARTIDA COMPLETO	1	1
23	INDUZIDO MOTOR PARTIDA -DINAPAC	1	2
24	LONA DE FREIO 68138190	1	8
25	DISCO DE FREIO 190969	1	8
26	DISCO DE FREIO 190977	1	16
27	SOLENOIDE	1	2
28	REPARO BOMBA HIDROSTATICA	1	2
29	KIT ENGRENAGEM PLANETARIA 929895	1	1
30	VENTUINHA 06 PAS	1	1
31	SILENCIOSO	1	1
32	VALVULA TERMOSTATICA	1	1
33	FAROL AUXILIAR	1	4
34	SUPORTE ESCOVAS	1	2
35	MANCAL	1	4



ADM. 2013 - 2016

ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL NÃO-ME-TOQUE - RS



36	BOMBA ALIMENTADORA	1	2
37	BOMBA INJETORA	1	1
38	KIT REPARO -ORBITROL DIREÇÃO	1	1
39	ROTULA ROLAMENTO	1	8
40	BOMBA D'ÁGUA	1	1
41	VÁLVULA SOLENÓIDE	1	4



ADM. 2013 - 2016

ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL NÃO-ME-TOQUE - RS



LOTE 3

ESCAVADEIRA HIDRAULICA CASE CX220 ANO 2015 - MOTOR 06 CILINDROS TURBO 130 HP			
	ITEM	QNTD. MÍNIMA	QNTD. MÁXIMA
		UN	UN
1	COLMEIA RADIADOR	1	1
2	RESERVATÓRIO ÁGUA	1	1
3	LENTE FAROL DIANTEIRO/ESQUERDO	1	4
4	LENTE FAROL DIANTEIRO/DIREITO	1	4
5	LANTERNA TRASEIRA/ESQUERDA	1	4
6	LANTERNA TRASEIRA/DIREITA	1	4
7	CORREIA MOTOR	1	4
8	CORREIA ALTERNADOR	1	2
9	AUTOMATICO MOTOR PARTIDA	1	2
10	INDUZIDO MOTOR PARTIDA	1	2
11	MOTOR DE PARTIDA COMPLETO	1	1
12	VALVULA TERMOSTATICA	1	1
13	BOMBA INJETORA	1	1
14	SENSOR ROTAÇÃO	1	1
15	SENSOR TRANSLAÇÃO	1	1
16	SELENOIDE CASE CX220 330001010 KKS B 1467414500	1	4
17	SELENOIDE CASE CX220 330001010 0430081045	1	4
18	BOMBA ELÉTRICA	1	2
19	CARCAÇA BOMBA HIDRÁULICA	1	1
20	PISTAO BOMBA HIDRÁULICA	1	1
21	KIT RETENTOR BOMBA HIDRÁULICA	1	4
22	KIT RETENTOR PISTÃO DE PENETRAÇÃO	1	4
23	PISTÃO DE PENETRAÇÃO	1	2
24	FILTRO TRANSMISSÃO	1	2
25	FILTRO OLEO DO MOTOR	4	10
26	FILTRO COMBUSTÍVEL - 71104201	4	10
27	FILTRO COMBUSTÍVEL SECUNDÁRIO	4	10
28	PINO 72210192	1	4
29	CARCAÇA BOMBA INJETORA	1	1
30	KIT RETENTOR BOMBA INJETORA	1	2
31	BUJÃO BOMBA INJETORA	1	1
32	BOMBA DE PALHETAS	1	1
33	CAMES DE COMANDO	1	1
34	ROLETE BOMBA INJETORA	1	8
35	VALVULA REGULAGEM DE PISTÃO	1	1
36	PISTÃO BOMBA INJETORA	1	1



ADM. 2013 - 2016

ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL NÃO-ME-TOQUE - RS



LOTE 4

ESCAVADEIRA HIDRAULICA CASE CX220B ANO 2012 - MOTOR DIESEL			
	ITEM	QNTD. MÍNIMA	QNTD. MÁXIMA
		UN	UN
1	COLMEIA RADIADOR	1	1
2	RESERVATÓRIO ÁGUA	1	1
3	LENTE FAROL DIANTEIRO/ESQUERDO	1	4
4	LENTE FAROL DIANTEIRO/DIREITO	1	4
5	LANTERNA TRASEIRA/ESQUERDA	1	4
6	LANTERNA TRASEIRA/DIREITA	1	4
7	CORREIA MOTOR	1	4
8	CORREIA ALTERNADOR	1	2
9	AUTOMATICO MOTOR PARTIDA	1	2
10	INDUZIDO MOTOR PARTIDA	1	2
11	MOTOR DE PARTIDA COMPLETO	1	1
12	VALVULA TERMOSTATICA	1	1
13	BOMBA INJETORA	1	1
14	SENSOR ROTAÇÃO	1	1
15	SENSOR TRANSLAÇÃO	1	1
16	SELENOIDE CASE CX220 330001010 KKS B 1467414500	1	4
17	SELENOIDE CASE CX220 330001010 0430081045	1	4
18	BOMBA ELÉTRICA	1	2
19	CARÇAÇA BOMBA HIDRÁULICA	1	1
20	PISTAO BOMBA HIDRÁULICA	1	1
21	KIT RETENTOR BOMBA HIDRÁULICA	1	4
22	KIT RETENTOR PISTÃO DE PENETRAÇÃO	1	4
23	PISTÃO DE PENETRAÇÃO	1	2
24	FILTRO TRANSMISSÃO	1	2
25	FILTRO OLEO DO MOTOR	4	10
26	FILTRO COMBUSTÍVEL - 71104201	4	10
27	FILTRO COMBUSTÍVEL SECUNDÁRIO	4	10
28	PINO 72210192	1	4
29	CARÇAÇA BOMBA INJETORA	1	1
30	KIT RETENTOR BOMBA INJETORA	1	2
31	BUJÃO BOMBA INJETORA	1	1
32	BOMBA DE PALHETAS	1	1
33	CAMES DE COMANDO	1	1
34	ROLETE BOMBA INJETORA	1	8
35	VALVULA REGULAGEM DE PISTÃO	1	1
36	PISTÃO BOMBA INJETORA	1	1



ADM. 2013 - 2016

ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL NÃO-ME-TOQUE - RS



37	KIT REPARO BOMBA INJETORA	1	2
38	PLANETARIA	1	1
39	BOMBA D'ÁGUA	1	1



ADM. 2013 - 2016

ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL NÃO-ME-TOQUE - RS



LOTE 5

RETROESCAVADEIRA 4X4 JCB 3C ANO 2013 - COM MOTOR DIESEL			
	ITEM	QNTD. MÍNIMA	QNTD. MÁXIMA
		UN	UN
1	COLMEIA RADIADOR	1	1
2	RESERVATÓRIO ÁGUA	1	1
3	LENTE FAROL DIANTEIRO/ESQUERDO	1	4
4	LENTE FAROL DIANTEIRO/DIREITO	1	4
5	LANTERNA TRASEIRA/ESQUERDA	1	4
6	LANTERNA TRASEIRA/DIREITA	1	4
7	CORREIA MOTOR	1	2
8	CORREIA ALTERNADOR	1	2
9	AUTOMATICO MOTOR PARTIDA	1	2
10	INDUZIDO MOTOR PARTIDA	1	2
11	MOTOR DE PARTIDA COMPLETO	1	1
12	VALVULA TERMOSTATICA	1	1
13	BOMBA INJETORA	1	1
14	CONJUNTO DENTES DA CONCHA TRASEIRA COM PARAFUSOS E PORCAS	1	3
15	CONJUNTO DENTES DA CONCHA DIANTEIRA COM PARAFUSOS E PORCAS	1	3
16	CILINDRO PISTÃO DA CONCHA	1	2
17	MANGUEIRA FLEXÍVEL DO FREIO TRASEIRO	1	2
18	BOIA DE COMBUSTÍVEL	1	1
19	MANGUEIRA FLEXÍVEL DO FREIO TRASEIRO	1	8
20	FILTRO DE AR PRIMÁRIO INTERNO	2	8
21	FILTRO DE AR SECUNDÁRIO EXTERNO	2	8
22	FILTRO DE RETORNO HIDRÁULICO	2	8
23	FILTRO DO MOTOR	2	8
24	FILTRO DE COMBUSTÍVEL PRIMÁRIO	2	8
25	FILTRO DE COMBUSTÍVEL SECUNDÁRIO	2	8
26	FILTRO SEDIMENTADOR	2	8
27	ELEMENTO FILTRANTE	2	8
28	FILTRO HIDRÁULICO	1	2
29	CABO ACELERADOR	1	2
30	FILTRO AR CONDICIONADO	2	4
31	BOMBA D'ÁGUA	1	1
32	VÁLVULA GERAL 251618901	1	1
33	RADIADOR COMPLETO	1	1



ADM. 2013 - 2016

ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL NÃO-ME-TOQUE - RS



LOTE 6

MOTONIVELADORA NEW HOLLAND ANO 2013 - ARTICULADA COM MOTOR DIESEL 06 CILINDROS			
	ITEM	QNTD. MÍNIMA	QNTD. MÁXIMA
		UN	UN
1	CONJ. LAMINA CORTANTE/PORCAS/PARAFUSOS	1	4
2	ESPELHO RETROVISOR	1	4
3	CONJUNTO SOLDADO DE EIXO	1	2
4	ENGRENAGEM DE BRONZE GIRA CÍRCULO	1	1
5	KIT CALÇOS GIRACÍRCULO	1	3
6	FILTRO -LUBRIFICANTE	2	10
7	CONJUNTO FILTROS DE COMBUSTÍVEL	2	10
8	CONJUNTO FILTROS DE AR	2	10
9	ELEMENTO FILTRANTE TRANSMISSÃO	1	2
10	COLMEIA RADIADOR	1	1
11	RESERVATÓRIO ÁGUA	1	1
12	LENTE FAROL DIANTEIRO/ESQUERDO	1	4
13	LENTE FAROL DIANTEIRO/DIREITO	1	4
14	LANTERNA TRASEIRA/ESQUERDA	1	4
15	LANTERNA TRASEIRA/DIREITA	1	4
16	CORREIA MOTOR	4	16
17	CORREIA ALTERNADOR	1	2
18	AUTOMATICO MOTOR PARTIDA	1	2
19	INDUZIDO MOTOR PARTIDA	1	2
20	MOTOR DE PARTIDA COMPLETO	1	1
21	VALVULA TERMOSTATICA	1	1
22	BOMBA INJETORA	1	1
23	BOMBA D'ÁGUA	1	1
24	FILTRO AR CONCIONADO	1	4
25	RADIADOR COMPLETO	1	2



ADM. 2013 - 2016

ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL NÃO-ME-TOQUE - RS



LOTE 7

RETROESCAVADEIRA RANDON RK 406 ANO 2011 - TRACAO 4X4 A DIESEL			
	ITEM	QNTD. MÍNIMA	QNTD. MÁXIMA
		UN	UN
1	COLMEIA RADIADOR	1	1
2	RESERVATÓRIO ÁGUA	1	1
3	LENTE FAROL DIANTEIRO/ESQUERDO	1	4
4	LENTE FAROL DIANTEIRO/DIREITO	1	4
5	LANTERNA TRASEIRA/ESQUERDA	1	4
6	LANTERNA TRASEIRA/DIREITA	1	4
7	CORREIA MOTOR	1	2
8	CORREIA ALTERNADOR	1	2
9	AUTOMATICO MOTOR PARTIDA	1	2
10	INDUZIDO MOTOR PARTIDA	1	2
11	MOTOR DE PARTIDA COMPLETO	1	1
12	VALVULA TERMOSTATICA	1	1
13	BOMBA INJETORA	1	1
14	CONJUNTO DENTES DA CONCHA TRASEIRA COM PARAFUSOS E PORCAS	1	3
15	CONJUNTO DENTES DA CONCHA DIANTEIRA COM PARAFUSOS E PORCAS	1	3
16	CILINDRO PISTÃO DA CONCHA	1	2
17	MANGUEIRA FLEXÍVEL DO FREIO TRASEIRO	1	2
18	BOIA DE COMBUSTÍVEL	1	1
19	MANGUEIRA FLEXÍVEL DO FREIO TRASEIRO	1	8
20	FILTRO DE AR PRIMÁRIO INTERNO	2	8
21	FILTRO DE AR SECUNDÁRIO EXTERNO	2	8
22	FILTRO DE RETORNO HIDRÁULICO	2	8
23	FILTRO DO MOTOR	2	8
24	FILTRO DE COMBUSTÍVEL PRIMÁRIO	2	8
25	FILTRO DE COMBUSTÍVEL SECUNDÁRIO	2	8
26	FILTRO SEDIMENTADOR	2	8
27	ELEMENTO FILTRANTE	2	8
28	FILTRO HIDRÁULICO	1	2
29	CABO ACELERADOR	1	2
30	FILTRO AR CONDICIONADO	2	4
31	FECHADURA VIDRO	1	4
32	MAÇANETA PORTA INTERNA E EXTERNA	1	2
33	TANQUE -EXPANSÃO COM TAMPA	1	1
34	CRUZETA CARDAN	1	4
35	FLANGE CARDAN	1	4



ADM. 2013 - 2016

ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL NÃO-ME-TOQUE - RS



36	CAIXA DE SATÉLITE COMPLETA	1	1
37	BOMBA D'ÁGUA	1	2
38	BRAÇO DIREÇÃO	1	2
39	READIADOR COMPLETO	1	1



ADM. 2013 - 2016

ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL NÃO-ME-TOQUE - RS



LOTE 8

RETROESCAVADEIRA RANDON RK406 ANO 2013 - 4X4 MOTOR DIESEL			
	ITEM	QNTD. MÍNIMA	QNTD. MÁXIMA
		UN	UN
1	COLMEIA RADIADOR	1	1
2	RESERVATÓRIO ÁGUA	1	1
3	LENTE FAROL DIANTEIRO/ESQUERDO	1	4
4	LENTE FAROL DIANTEIRO/DIREITO	1	4
5	LANTERNA TRASEIRA/ESQUERDA	1	4
6	LANTERNA TRASEIRA/DIREITA	1	4
7	CORREIA MOTOR	1	2
8	CORREIA ALTERNADOR	1	2
9	AUTOMATICO MOTOR PARTIDA	1	2
10	INDUZIDO MOTOR PARTIDA	1	2
11	MOTOR DE PARTIDA COMPLETO	1	1
12	VALVULA TERMOSTATICA	1	1
13	BOMBA INJETORA	1	1
14	CONJUNTO DENTES DA CONCHA TRASEIRA COM PARAFUSOS E PORCAS	1	3
15	CONJUNTO DENTES DA CONCHA DIANTEIRA COM PARAFUSOS E PORCAS	1	3
16	CILINDRO PISTÃO DA CONCHA	1	2
17	MANGUEIRA FLEXÍVEL DO FREIO TRASEIRO	1	2
18	BOIA DE COMBUSTÍVEL	1	1
19	MANGUEIRA FLEXÍVEL DO FREIO TRASEIRO	1	8
20	FILTRO DE AR PRIMÁRIO INTERNO	2	8
21	FILTRO DE AR SECUNDÁRIO EXTERNO	2	8
22	FILTRO DE RETORNO HIDRÁULICO	2	8
23	FILTRO DO MOTOR	2	8
24	FILTRO DE COMBUSTÍVEL PRIMÁRIO	2	8
25	FILTRO DE COMBUSTÍVEL SECUNDÁRIO	2	8
26	FILTRO SEDIMENTADOR	2	8
27	ELEMENTO FILTRANTE	2	8
28	FILTRO HIDRÁULICO	1	2
29	CABO ACELERADOR	1	2
30	FILTRO AR CONDICIONADO	2	4
31	TANQUE -EXPANSÃO COM TAMPA	1	1
32	CRUZETA CARDAN	1	4
33	FLANGE CARDAN	1	4
34	CAIXA DE SATÉLITE COMPLETA	1	1
35	BOMBA D'ÁGUA	1	2



ADM. 2013 - 2016

ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL NÃO-ME-TOQUE - RS



36	BRAÇO DIREÇÃO	1	2
37	RADIADOR COMPLETO	1	1
38	ALTERNADOR	1	1



ADM. 2013 - 2016

ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL NÃO-ME-TOQUE - RS



LOTE 9

ROLO COMPACTADOR VIBRATORIO MODELO VM115D JCB ANO 2014			
	ITEM	QNTD. MÍNIMA	QNTD. MÁXIMA
		UN	UN
1	COLMEIA RADIADOR	1	1
2	RESERVATÓRIO ÁGUA	1	1
3	LENTE FAROL DIANTEIRO/ESQUERDO	1	4
4	LENTE FAROL DIANTEIRO/DIREITO	1	4
5	LANTERNA TRASEIRA/ESQUERDA	1	4
6	LANTERNA TRASEIRA/DIREITA	1	4
7	CORREIA MOTOR	4	16
8	CORREIA ALTERNADOR	1	2
9	AUTOMATICO MOTOR PARTIDA	1	2
10	INDUZIDO MOTOR PARTIDA	1	2
11	MOTOR DE PARTIDA COMPLETO	1	1
12	VALVULA TERMOSTATICA	1	1
13	BOMBA INJETORA	1	1
14	BOMBA D'ÁGUA	1	1
15	FILTRO DE AR PRIMÁRIO INTERNO	2	8
16	FILTRO DE AR SECUNDÁRIO EXTERNO	2	8
17	FILTRO DE RETORNO HIDRÁULICO	2	8
18	FILTRO DO MOTOR	2	8
19	FILTRO DE COMBUSTÍVEL PRIMÁRIO	2	8
20	FILTRO DE COMBUSTÍVEL SECUNDÁRIO	2	8
21	FILTRO SEDIMENTADOR	2	8
22	ELEMENTO FILTRANTE	2	8
23	FILTRO HIDRÁULICO	1	2



ADM. 2013 - 2016

ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL NÃO-ME-TOQUE - RS



LOTE 10

MOTONIVELADORA VOLVO COM CABINE FECHADA ARTICULADA COM MOTOR 06 CILINDROS TURBO			
	ITEM	QNTD. MÍNIMA	QNTD. MÁXIMA
		UN	UN
1	CONJ. LAMINA CORTANTE/PORCAS/PARAFUSOS	1	4
2	ESPELHO RETROVISOR	1	4
3	ENGRENAGEM DE BRONZE GIRA CÍRCULO	1	1
4	KIT CALÇOS GIRACÍRCULO	1	3
5	FILTRO -LUBRIFICANTE	2	10
6	CONJUNTO FILTROS DE COMBUSTÍVEL	2	10
7	CONJUNTO FILTROS DE AR	2	10
8	ELEMENTO FILTRANTE TRANSMISSÃO	1	2
9	COLMEIA RADIADOR	1	1
10	RESERVATÓRIO ÁGUA	1	1
11	LENTE FAROL DIANTEIRO/ESQUERDO	1	4
12	LENTE FAROL DIANTEIRO/DIREITO	1	4
13	LANTERNA TRASEIRA/ESQUERDA	1	4
14	LANTERNA TRASEIRA/DIREITA	1	4
15	CORREIA MOTOR	4	16
16	CORREIA ALTERNADOR	1	2
17	AUTOMATICO MOTOR PARTIDA	1	2
18	INDUZIDO MOTOR PARTIDA	1	2
19	MOTOR DE PARTIDA COMPLETO	1	1
20	VALVULA TERMOSTATICA	1	1
21	BOMBA INJETORA	1	1
22	BOMBA D'ÁGUA	1	1
23	FILTRO AR CONCIONADO	1	4
24	RADIADOR COMPLETO	1	1
25	REGULADOR COMBUSTÍVEL	1	1



ADM. 2013 - 2016

ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL NÃO-ME-TOQUE - RS



LOTE 11

CARREGADEIRA CASE W18 ANO 1996			
	ITEM	QNTD. MÍNIMA UN	QNTD. MÁXIMA UN
1	COLMEIA RADIADOR	1	1
2	RESERVATÓRIO ÁGUA	1	1
3	LENTE FAROL DIANTEIRO/ESQUERDO	1	4
4	LENTE FAROL DIANTEIRO/DIREITO	1	4
5	LANTERNA TRASEIRA/ESQUERDA	1	4
6	LANTERNA TRASEIRA/DIREITA	1	4
7	CORREIA MOTOR	1	4
8	CORREIA ALTERNADOR	1	2
9	AUTOMATICO MOTOR PARTIDA	1	2
10	INDUZIDO MOTOR PARTIDA	1	2
11	MOTOR DE PARTIDA COMPLETO	1	1
12	VALVULA TERMOSTATICA	1	1
13	BOMBA INJETORA	1	1
14	BOMBA D'ÁGUA	1	1
15	FILTRO -LUBRIFICANTE	2	10
16	CONJUNTO FILTROS DE COMBUSTÍVEL	2	10
17	CONJUNTO FILTROS DE AR	2	10
18	RADIADOR COMPLETO	1	1
19	ARTERNADOR	1	1
20	SILENCIOSO COMPLETO	1	2



ADM. 2013 - 2016

ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL NÃO-ME-TOQUE - RS



LOTE 12

	PRODUTO	QNTD MÍNIMA	QNTD MÁXIMA
		UN	UN
1	BATERIA 45 AH	1	12
2	BATERIA 60 AH	1	12
3	BATERIA 90 AH	1	12
4	BATERIA 100 AH	1	12
5	BATERIA 120 AH	1	12
6	BATERIA 150 AH	1	12



ADM. 2013 - 2016

ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL NÃO-ME-TOQUE - RS



ANEXO III

ATA Nº ____ DO REGISTRO DE PREÇOS Nº 80/2016 PREGÃO PRESENCIAL Nº 80/2016

Aos _____ dias do mês de _____ de 2016, nas dependências do Centro Administrativo Municipal, situada na Av. Alto Jacuí, nº 840, o Município de Não-Me-Toque, **Sr.ª Teodora Berta Souilljee Lütkemeyer**, nos termos do art. 15 da Lei nº 8.666/93, de 21 de junho de 1993, em face da classificação das propostas apresentadas no PREGÃO PRESENCIAL, para REGISTRO DE PREÇOS, por deliberação da Comissão de Licitação, homologada em ____ de _____ de 2016, resolve REGISTRAR OS PREÇOS da empresa _____, com sede na _____ nº _____ - Bairro _____ - _____/_____, representada nesse ato, por seu representante legal, Sr. _____, portador da cédula de identidade RG nº _____ e CPF nº _____, com preços mais vantajosos, por item, observadas as condições do Edital que rege o Pregão Presencial nº 80/2016

1 - DO OBJETO

1.1 A presente Ata de Registro de preços tem por objeto o **REGISTRO DE PREÇOS para aquisições futuras de peças mecânicas para máquinas pesadas da frota do Município de Não-Me-Toque/RS**, especificados na tabela abaixo, consoante das seguintes cláusulas e condições:

LOTE 1

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT. MÍNIMA	QUANT. MÁXIMA	VALOR UNIT	TOTAL

1.2 As peças serão requisitadas de acordo com a necessidade e conveniência deste Município.

1.3 As peças serão inteiramente novas originais ou genuínas, sem terem passado por qualquer processo de reciclagem, recondiçãoamento ou manufatura.

1.4 As peças devem obedecer às normas e padrões da ABNT e INMETRO e atender eficazmente às finalidades que delas naturalmente se esperam, sempre peças que a qualidade possa ser atestada.

1.5 O prazo de garantia mínimo de 06 (seis) meses, a contar do recebimento pelo Município, devendo a empresa substituir imediatamente as peças que apresentarem defeitos dentro do prazo concedido, arcando com todos os custos de transporte.

2 – DA VIGÊNCIA

2.1 O REGISTRO DE PREÇOS TERÁ VALIDADE DE 12 (DOZE) MESES, APÓS A ASSINATURA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS/CONTRATO.

2.2 Nos termos do art. 15 § 4º da Lei nº 8.666/93, esse Município não está obrigado a adquirir exclusivamente por intermédio dessa Ata, durante o seu período de vigência, os produtos cujos preços nela



ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL NÃO-ME-TOQUE - RS



ADM. 2013 - 2016

estejam registrados, podendo adotar para tanto uma licitação específica, assegurando-se, todavia, a preferência de fornecimento aos registrados, no caso de igualdade de condições.

3 - CONDIÇÕES DE ENTREGA E FORNECIMENTO

3.1 As solicitações para a prestação de serviços à contratada por parte da Administração Municipal serão feitas através de Pedido de Compra, sendo enviada a empresa contratada uma Ordem de Compra ou Nota de Empenho para formalização.

3.2 A Ordem de Compra ou Nota de Empenho será entregue à **CONTRATADA**, com uma antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas marcado para o fornecimento.

3.3 As peças deverão ser entregues de acordo com o Anexo II do edital de Pregão presencial nº 80/2016 – Anexo dos Itens por lote.

3.4 As peças serão fornecidas conforme a necessidade de cada veículo e determinado pela Ordem de Compra ou Nota de Empenho.

3.5 Dentro do prazo de vigência contratual, o fornecedor está obrigado ao fornecimento dos serviços desde que obedecidas às condições da Autorização de Fornecimento.

3.6 O registro dos preços promoverá ampla pesquisa no mercado, de forma a comprovar que os preços registrados permanecem compatíveis com os nele praticados, condição indispensável para a solicitação da aquisição.

3.7 O produto deverá ser entregue em perfeitas condições conforme item 3.2

3.8 O produto deverá ser entregue no depósito de materiais do Parque de Máquinas da Prefeitura Municipal, sito na Rua Guilherme Augustin, nº 1166, Não-Me-Toque (RS), ou em local indicado pela Secretaria de Obras e Saneamento, com descarga devidamente acompanhada por servido público municipal.

3.8.1 Nos casos em que a entrega do material for indicada em endereço diferente ao do depósito do Parque de Máquinas da Prefeitura Municipal, o operador da carga deverá se deslocar inicialmente até a Secretaria de Obras e Saneamento, aguardando a informação de qual o endereço final para descarga, bem como a indicação do servidor que acompanhará o serviço de entrega.

3.9 A existência de preços registrados não obriga o Município a firmar ou contratar os serviços que deles poderão advir, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios, assegurada a preferência ao beneficiário do registro, em igualdade de condições.

3.10 O objeto deste Termo de Referência será dado como recebido de acordo com o Inciso II do artigo 73 da Lei 8.666/93, da seguinte forma:

3.10.1 Recebimento Provisório, para posterior verificação da conformidade dos materiais com as exigências do edital e seus anexos dar-se-á em até 03 (três) dias corridos, contados do ato de conclusão da execução do objeto contratado.



ADM. 2013 - 2016

ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL NÃO-ME-TOQUE - RS



3.10.2 Recebimento Definitivo: dar-se-á em até 05 (três) dias corridos, contados da data do recebimento provisório, se e quando o objeto contratado tiver sido executado de acordo com as exigências e especificações do edital e seus anexos.

4- DA FORMA DE PAGAMENTO

4.1 - Os pagamentos serão efetuados mediante entrega da mercadoria e apresentação da Nota Fiscal, vistada e aprovada pelo gestor e fiscal da Ordem de Compra conforme ordem cronológica de pagamentos obedecendo a exigibilidade do crédito conforme Decreto nº 106/2016 de 25 de Maio de 2016, art. 03º inciso III.

4.2 - Será obrigatório constar no corpo de cada Nota Fiscal emitida, em local de fácil visualização, a indicação do presente Processo Licitatório (Pregão presencial nº 80/2016) e da ordem de compra, bem como dados bancário para depósito, a fim de se acelerar o trâmite do documento fiscal para pagamento.

4.3 - No pagamento serão retidas do valor da contratação todas as retenções previdenciárias, impostos e taxas permitidos na Lei.

4.4 - Na hipótese da licitante ser optante do SIMPLES, a empresa deverá informar através de declaração ou na Nota Fiscal a alíquota de ISSQN a ser recolhido.

4.5 A **CONTRATADA** deverá fornecer os dados bancários para o pagamento, tais como banco, agência, conta corrente da empresa.

5 – DA RESPONSABILIDADE E DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

5.1 Caberá à **CONTRATANTE** fiscalizar o objeto do contrato, sem excluir a responsabilidade da **CONTRATADA**.

5.2 A **CONTRATANTE** deverá notificar a **CONTRATADA** quando o serviço não for adequado às necessidades e ao objeto já citados anteriormente neste Termo de Referência.

5.3 A notificação definirá o prazo máximo de até 05 (cinco) dias, para que seja regularizada a situação identificada, sob pena de rescisão contratual ou aplicação de sanções conforme disposições da Lei Federal 8666/93.

5.4 Efetuar os pagamentos nas condições e preços pactuados.

5.5 Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela **CONTRATADA**.

5.6 Comunicar à **CONTRATADA**, por escrito, as inadequações, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto, para que seja reparado ou corrigido.

6 - DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

6.1 Corrigir, remover, substituir, desfazer e refazer, prioritária e exclusivamente, à sua custa e risco, num prazo de no máximo de 07 (sete) dias, contados da notificação que lhe for entregue oficialmente, quaisquer vícios, defeitos, incorreções, erros, falhas e imperfeições nos produtos, decorrentes de culpa da empresa fornecedora e dentro das especificações do fabricante. A **CONTRATANTE** poderá rejeitar o produto no todo



ADM. 2013 - 2016

ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL NÃO-ME-TOQUE - RS



ou em parte, determinando sua substituição ou rescindindo a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis, caso constatadas irregularidades no atendimento às especificações.

6.2 Na constatação de defeitos de fabricação, não detectados quando da entrega, ficará a **CONTRATADA** responsável pela troca do produto, no prazo máximo de 07 (sete) dias úteis.

6.3 Os produtos deverão ser transportados e entregues protegidos contra fatores externos que possam causar danos, comprometendo seu estado, qualidade e utilização.

6.4 A CONTRATANTE rejeitará os fornecimentos executados em desacordo com o disposto neste Termo de Referência. Se, mesmo após o recebimento definitivo, constatar-se que os fornecimentos foram executados em desacordo com o especificado, com defeito ou incompleto, os responsáveis da contratante notificarão a empresa fornecedora para que a mesma providencie a correção necessária dentro dos prazos de recebimento.

7 - DA FISCALIZAÇÃO

7.1 A execução do Contrato será objeto de acompanhamento, fiscalização e avaliação por parte da Administração Municipal, através de servidor designado como Fiscal, a quem competirá comunicar ao Gestor as falhas porventura constatadas no cumprimento do contrato, de acordo com normatização interna.

7.2 A Fiscalização de que trata o subitem anterior será exercida no interesse da Administração Municipal.

7.3 Quaisquer exigências da fiscalização, inerentes ao objeto do contrato, deverão ser prontamente atendidas pela **CONTRATADA**, sem qualquer ônus à Administração Municipal.

7.4 Qualquer fiscalização exercida pela Administração Municipal, feita em seu exclusivo interesse, não implica em corresponsabilidade pela execução dos serviços e não exime a **CONTRATADA** de suas obrigações de fiscalização e perfeita execução do contrato.

7.5 A Fiscalização da Administração Municipal, em especial, terá o dever de verificar o cumprimento dos termos do contrato, especialmente no que se refere à qualidade na prestação dos serviços, podendo exigir as cautelas necessárias à preservação do erário.

7.6 Fica designado como Gestora a Sr^a Genisse Zagonel Schiochet e o Sr. Paulo Lassig como fiscal do contrato.

8 – DO REAJUSTE E DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO:

8.1 - O valor do serviço acima pactuado será reajustado pelo IPCA em prazo não inferior a 01 (um) ano, conforme Art. 55, Inciso III da Lei Federal nº 8.666/93 e alterações legais.

8.1 - Ocorrendo as hipóteses previstas no artigo 65, inciso II, alínea "d", da Lei nº 8.666/93, será concedido equilíbrio econômico-financeiro do contrato, requerido pela **CONTRATADA**, desde que suficientemente comprovado, de forma documental, o desequilíbrio contratual.

9 – CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1 – O Registro de determinado preço poderá ser cancelado, nas seguintes hipóteses:

- a) quando o fornecedor não cumprir as obrigações constantes dessa Ata de Registro de Preços;



ADM. 2013 - 2016

ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL NÃO-ME-TOQUE - RS



b) quando o fornecedor não assinar o contrato quando convocado para tal, sem justificativa aceitável;

c) quando o fornecedor não retirar a Ordem de Compra/Nota de Empenho, no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;

d) quando o fornecedor não aceitar reduzir o seu preço registrado se esse se tornar superior ao praticado no mercado;

e) quando o fornecedor solicitar o cancelamento por escrito, comprovando estar impossibilitado de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços por fato superveniente, decorrentes de caso fortuito ou força maior;

9.2 – A comunicação do cancelamento do preço registrado, nos casos previstos nas alíneas “a” a “e”, será formalizado em processo próprio e comunicada por correspondência, com aviso de recebimento, assegurado o contraditório e a ampla defesa no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

9.3 – No caso de se tornar desconhecido o endereço do fornecedor, a comunicação será feita por publicação na imprensa oficial, considerando-se, assim, para todos os efeitos, cancelado o preço registrado.

10 - PENALIDADES

10.1 – Os serviços cujos fornecimentos vierem a ser contratados deverão ser realizados conforme a necessidade de cada secretaria logo após a emissão da Ordem de Compra/Nota de Empenho.

a) executar o contrato com irregularidades, passíveis de correção durante a execução e sem prejuízo ao resultado: advertência;

b) executar o contrato com atraso injustificado, até o limite de 10(dez) dias úteis, após os quais será considerada inexecução contratual: multa diária de 0,5% sobre o valor atualizado do contrato/ordem de serviço ou autorização/nota de empenho.

c) inexecução parcial do contrato: suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de 02 anos e multa de 8% sobre o valor correspondente ao montante não adimplido do contrato/ordem de serviço ou autorização/nota de empenho.

d) inexecução total do contrato: suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de 03 anos e multa de 10% sobre o valor atualizado do contrato/ordem de serviço ou autorização/nota de empenho.

e) causar prejuízo material resultante diretamente de execução contratual: declaração de inidoneidade cumulada com a suspensão do direito de licitar a contratar com a Administração Pública pelo prazo de 03 anos e multa de 10% sobre o valor atualizado contrato/ordem de serviço ou autorização/nota de empenho.

10.2 As penalidades serão registradas no cadastro da contratada, quando for o caso.

10.3 Nenhum pagamento será efetuado pela Administração enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que for importa ao fornecedor em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.



ADM. 2013 - 2016

ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL NÃO-ME-TOQUE - RS



11 – CASOS FORTUITOS OU DE FORÇA MAIOR

11.1 – Serão considerados casos fortuitos ou de força maior, para efeito de cancelamento da Ata de Registro de Preços ou não aplicação de sanções, os inadimplementos decorrentes das situações a seguir, quando vierem a atrasar a entrega dos produtos no local onde estiver sendo executado o objeto do contrato:

- a) greve geral;
- b) calamidade pública;
- c) interrupção dos meios de transporte;
- d) condições meteorológicas excepcionalmente prejudiciais; e
- e) outros casos que se enquadrem no parágrafo único do art. 393 do Código Civil Brasileiro (Lei nº

10.406/2002).

11.2 – Os casos acima enumerados devem ser satisfatoriamente justificados pela contratada.

11.3 – Sempre que ocorrerem situações que impliquem caso fortuito ou de força maior, o fato deverá ser comunicado a Administração, até 24 horas após a ocorrência. Caso não seja cumprido este prazo, o início da ocorrência será considerado como tendo sido 24 horas antes da data de solicitação de enquadramento da ocorrência como caso fortuito ou de força maior.

12 – DO FORO

12.1 - Para a resolução de possíveis divergências entre as partes, oriunda da presente Ata, fica eleito o Foro de Não-Me-Toque.

13 – CÓPIAS

13.1 - Da presente Ata são extraídas as seguintes cópias:

- a) uma (1) para a empresa registrada;
- b) uma (1) para o Setor de Licitações;
- c) uma (1) para o Setor de Contabilidade.

13.2 - E, por assim haverem acordado, declaram ambas as partes aceitar todas as disposições estabelecidas na presente Ata que, lida e achada conforme.

NÃO-ME-TOQUE, ____ de _____ de 2016.

TEODORA BERTA SOUILLJEE LÜTKEMEYER

Prefeita Municipal

CONTRATANTE

CONTRATADA

EXAMINADO E APROVADO:

TESTEMUNHAS:

ANDRESSA BAGESTON BRASIL

OAB/RS 83.514

PROCURADORA JURÍDICA

Ata peças.doc/ar



ADM. 2013 - 2016

ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL NÃO-ME-TOQUE - RS



ANEXO IV

MODELO DECLARAÇÃO DE PLENO ATENDIMENTO AOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº ____/2016

_____, empresa brasileira, estabelecida na Rua _____ nº ____, bairro _____, na cidade de _____/RS, inscrita no CNPJ nº _____, neste ato, representada pelo(a) SR(A) _____ inscrito(a) CPF _____, RG _____, vem **declarar** para fins de participação no Edital de Pregão Presencial nº ____/2016, **que cumpre plenamente os requisitos de habilitação**

_____, ____ de _____ de 2016

Assinatura do Responsável



ADM. 2013 - 2016

ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL NÃO-ME-TOQUE - RS



ANEXO V

PREGÃO PRESENCIAL n.º ____/2016

MODELO DE DECLARAÇÃO

_____, inscrito no CNPJ n.º _____, por intermédio de seu representante legal o (a) Sr.(a) _____, portador(a) da Carteira de Identidade n.º _____ e do CPF n.º _____, declara, para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei 8.666/93, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei n.º 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

RESSALVA: () Emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz.

_____, de _____ de 2016

(representante legal)

OBSERVAÇÃO: Em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima.



ADM. 2013 - 2016

ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL NÃO-ME-TOQUE - RS



ANEXO VII

MODELO DE DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE

A empresa _____ com sede na Av/Rua _____, bairro _____, no Município de _____, CNPJ _____, com vistas à habilitação no Pregão Presencial nº ____/2016 para serviços de _____ no Município de Não-Me-Toque/RS, declara, por meio de seu representante legal Sr(a) _____, portador da cédula de identidade nº....., CPF nº....., sob as penas da Lei, que a referida empresa não está cumprindo penalidade de inidoneidade, suspensão ou impedimento de contratar com a Administração Pública, nos termos da Lei Federal nº 8.666/93

Por ser expressão de verdade, firmamos o presente.

_____, em _____ de _____ de 2016.

Representante Legal

CPF Nº _____



ADM. 2013 - 2016

ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL NÃO-ME-TOQUE - RS



ANEXO VI

MODELO DE DECLARAÇÃO DE NÃO POSSUIR SERVIDORES PÚBLICOS NO QUADRO SOCIETÁRIO DA EMPRESA PREGÃO PRESENCIAL nº ____/2016

DECLARAÇÃO

A empresa _____ com sede na Av/Rua _____, bairro _____, no Município de _____, CNPJ _____, por intermédio de seu representante legal, _____, portador da cédula de identidade nº _____, CPF nº _____, DECLARA para os devidos fins não possui em seu quadro societário servidor público ou da ativa no município de Não-Me-Toque, ou empregado de empresa pública ou de sociedade de economia mista Por ser expressão da verdade, firmamos o presente.
Por ser expressão da verdade, firmamos o presente.

_____, em _____ de _____ de 2016.

Representante Legal